

O MITO DA DESCOLONIZAÇÃO LIBERAL NA INGLATERRA PRÉ-VITÓRIANA (1808-1848).

MARIA ODILA DA SILVA DIAS

Disciplina: História do Brasil.

O objetivo deste artigo é chamar atenção para a estreita vinculação entre a questão social suscitada pela Revolução industrial e a expansão do novo Império Britânico na primeira metade do século passado e examinar a luz desta vinculação certas afinidades básicas compartilhadas por conservadores e radicais utilitaristas nos seus programas de reforma. Malgrado todos os preconceitos liberais da época, conservadores e radicais se empenharam na expansão colonial, na racionalização do poder do Estado e num reformismo social de cunho paternalista e moderado. O estudo das afinidades de pontos de vista patentes nas diferentes opções propostas por conservadores e radicais utilitaristas propicia uma visão mais objetiva da fase inicial do Império do Comércio Livre, muito diferente do quadro tradicional que tende a enfatizar exageradamente os argumentos liberais de descolonização da Escola de Manchester. É desnecessário lembrar quão importante foi para o Brasil a política exterior da Inglaterra nesse período.

Adaptar a sociedade em que viviam às transformações aceleradas de seu tempo e as novas relações de produção implicou para os contemporâneos da Revolução industrial numa intensa militância reformista. Na primeira metade do século passado, radicais e conservadores ingleses voltavam-se primordialmente para a questão social e os problemas internos da sociedade inglesa; mas também para a reformulação da política colonial, que o processo de industrialização exigia. Embora divergissem quanto aos meios, tinham profundas afinidades de meta. A sua fé intelectualista no progresso da civilização acabaria por definir-se sob a forma de certo messianismo cultural, que tinha diretamente a haver com o sentimento de verdadeiro desespero social, que permeia a época e que se projeta para fora durante as guerras napoleônicas. A expansão colonial, o nacionalismo, o humanitarismo autoritário e integrador foram manifestações ideológicas do processo de mudança

pelo qual passava a Inglaterra nesse período. De um modo ou de outro, radicais e conservadores procuravam defender-se contra o que se lhes afigurava como risco iminente de desintegração e decadência dos fundamentos da ordem social em que viviam e nesse sentido convergiam os seus programas em afinidades básicas.

Tinham nítida consciência do processo de marginalização das classes trabalhadoras e da necessidade vital de meios de recrutar-las para o trabalho. Preocupavam-se também com seu isolamento político e com a miséria crescente. O papel ameaçador desempenhado pelo radicalismo popular foi um fator decisivo do reformismo político em que ambos se empenharam.

A gravidade da questão social expressava-se na resistência oferecida pelos contemporâneos em aceitar a industrialização. Nas primeiras décadas do século passado, artesãos e conservadores associavam-se aos economistas da escola agrária num consenso mútuo sobre a inviabilidade da indústria. A seu ver, o surto do comércio no correr do século XVIII dera perigoso impulso ao crescimento das manufaturas, de tal sorte que se rompera o equilíbrio entre o sistema agrário e o comercial, que os ingleses ainda consideravam condição essencial para preservação da sociedade. A indústria não se lhes afigurava como fato consumado. O país parecia passar por uma fase difícil e, além do desafio externo e da guerra contra Napoleão, havia pendente a alternativa a ser decidida no seio do próprio país: a opção por um destino de grande potência agrária ou a do monopólio industrial no mundo. Embora o processo de industrialização estivesse intimamente ligado ao fornecimento de matéria-prima das colônias e à disponibilidade de mercados consumidores no exterior, a consciência dessa dependência não parecia clara no primeiro quartel do século XIX, somente se definindo depois de 1825, com a consolidação da política do comércio livre e com a escola de Manchester.

Em 1816, premidos pela crise simultânea de depressão e desemprego, provocada pelo término da guerra, os ingleses voltaram sua atenção, se bem que de modo efêmero, para o problema do consumo interno. Fato este, além de efêmero, também paradoxal, pois os ingleses durante as guerras napoleônicas tinham concentrado todas as suas energias na defesa de suas colônias na Índia, na disputa pelo Egito e em garantir a neutralidade dos novos mercados sul-americanos, de modo que das conquistas da guerra emergira um segundo império... Entretanto, os bloqueios comerciais provocados pela guerra, a instabilidade dos novos mercados consumidores, principalmente da América do Sul, somados às crises periódicas de super-produção e desemprego, ao descontentamento e à miséria das novas classes trabalhadoras, fariam com que os ingleses duvidassem da conveniência de dependerem do mercado externo e agitassem a questão do desenvolvi-

mento do consumo interno, associada desde o início à idéia de profundas reformas sociais.

Ao reafirmar o princípio otimista da lei da demanda e da oferta de J. J. Say, James Mill manifestava confiança nas potencialidades do mercado interno na Inglaterra (1). Logo, porém, os economistas da escola industrial se tornavam pessimistas com relação à capacidade de consumo do país ao se patentearem os efeitos da lei protecionista dos cereais (1815), contrária aos interesses dos setores industriais.

Também os economistas agrários mostravam-se pessimistas; como os fisiocratas, viam na expansão da indústria a diminuição da capacidade produtiva e da verdadeira riqueza do país e acreditavam no pesadelo que a lei evolutiva de crescimento da população de Malthus parecia exprimir com rigor científico. Antagonistas da indústria, tinham uma grande fé no mercado interno; alimentavam o sonho fisiocrata de um país de economia eminentemente agrária, autônomo, independente do mercado externo, sonho este que se expressa por exemplo na publicação, em 1808, de um panfleto de William Spence — *Britain Independent of Commerce* (2).

A política de emigração, preconizada por Malthus, porta-voz do capitalismo agrário seria fruto de uma preocupação nitidamente reacionária, de desespero, acomodatória. Teria ampla repercussão entre os setores conservadores, para os quais a emigração sistemática passaria a ser uma válvula de escape, destinada a manter a saúde social e uma alternativa para os que preferiam evitar grandes reformas internas no país (3).

Entre conservadores e mesmo entre reformadores radicais como os utilitaristas filiados a Bentham logo se faria sentir a necessidade de uma política de expansão colonial. Depois de 1820, os economistas clássicos, sob inspiração do princípio das vantagens comparativas de Ricardo, voltaram-se inteiramente para o comércio exterior. A política em prol do comércio livre seria um dos sintomas de pessimismo com relação à capacidade de consumo da sociedade inglesa e um presságio de reação contra o radicalismo popular, o reformismo social e a preocupação com a distribuição de renda (4). A tomada de consciência

(1). — Para James Mill, em 1808, o comércio exterior não parecia essencial para o futuro da Inglaterra industrial (Semmel, Bernard. *The Rise of Free trade Imperialism*, Cambridge, 1970, p. 70).

(2). — Londres, 1808.

(3). — "The gap between Toryism and Malthusian economics was partially bridged during the years following 1815 . . ." (Semmel, Bernard. *Ob. cit.*, p. 73).

(4). — Ao analisar o pensamento de Ricardo, Elie Halevy demonstra como o liberalismo econômico não era necessariamente otimista mas antes a resposta ao pessimismo com relação às crises periódicas de superprodução e aos

de classe foi fenômeno característico dessa fase de transição e condição precípua para definição das diferentes ideologias.

A questão social norteou os programas políticos e fundamentou tanto os argumentos dos teóricos da escola agrária como os da indústria. A conscientização política e social seria um processo lento, constituindo o pano de fundo da época. A Revolução francesa contribuiria decisivamente para torna-la patente e explícita. O sentimento de inquietação social surgiu inicialmente na preocupação com o problema do aumento demográfico e com as controvérsias sobre meios de abastecimento e alimentação dos excedentes de população (5). Esse sentimento se foi agravando com o aumento da indigência, das verbas de assistência aos pobres e com as primeiras manifestações políticas dos trabalhadores. O recurso esporádico à violência e à ameaça de uma revolução aumentaria o pessimismo apocalíptico dos economistas agrários e dos teóricos do novo capitalismo industrial.

Nos anos que antecederam à reforma parlamentar de 1832, os próprios trabalhadores foram tomando consciência de si como classe. Evidentemente os artesãos teriam sido os primeiros a sentir o impacto das transformações que os atingiam diretamente. Com a sua “independência”, perderam a propriedade e o controle de seus instrumentos de trabalho e, com a extinção da economia doméstica, suas formas de organização social, os valores culturais, o estilo da vida; viram-se, em geral rebaixados, despojados dos privilégios implícitos no reconhecimento e na valorização do trabalho qualificado (6).

Sob influência do utilitarismo típico das classes médias, passaram as novas classes trabalhadoras a ver a sociedade dividida entre as camadas parasitárias ou proprietárias e as camadas produtivas, que incluíam todos os tipos de trabalhadores assalariados. Comparavam as classes trabalhadoras à terra, de que provem tudo para a sobrevivência dos homens; as demais classes seriam como árvores, pragas e ervas daninhas, que tiram do solo a sua nutrição... (7). Tinham consciência clara do caráter espoliador das novas relações de trabalho. Em manifesto escrito durante uma greve em Manchester, em 1818, um fian-

efeitos da lei dos cereais; sua tese é a de que o liberalismo econômico se filia a uma corrente de pensamento própria do ceticismo naturalista, a um princípio tradicional, puramente empírico e não propriamente à filosofia racionalista (*The Growth of Philosophical Radicalism*, Boston, The Beacon Press, 1966, p. 370-377).

(5). — Plumb, J. H. *England in the 18th Century*. Londres, Penguin, 1957, p. 143; R. J. White, *From Waterloo to Peterloo*, Penguin Books, 1957, p. 97 ss.

(6). — Thompson, E. P. *The making of the English Working Class*, N. York, Pantheon Books, 1964, p. 513-514.

(7). — *Ibidem, idem*.

deiro de algodão que trabalhava como diarista descrevia os empresários como

“pequenos monarcas absolutistas, despóticos dentro do seu próprio distrito”,

obsecados em descobrir um meio de extorquir a maior quantidade de trabalho com um mínimo de despesa (8). A seu ver havia maior distância entre trabalhadores e empresários das fábricas de algodão do que entre os mais ricos comerciantes de Londres e o último de seus subordinados... (9). Em 1817, os empregados das malharias de Leicester atinavam com a causa das crises periódicas da indústria: salários baixos demais e falta de consumidores internos para o produto das manufaturas inglesas (10).

“O trabalho constitui o principal artigo de exportação deste país. Foi comerciando com o sangue e os ossos dos jornaleiros e trabalhadores da Inglaterra que os nossos mercadores fizeram a sua fortuna e o país a sua glória”... (11).

Com o correr dos anos foi amadurecendo a consciência das classes trabalhadoras de modo que, em 1831, tinham reivindicações bem definidas, ameaçando em dado momento disputar com os empresários o comando do movimento da reforma parlamentar (12).

O radicalismo popular pesou decisivamente como fator de arregimentação das classes médias, que assumem nessa época o seu papel como principal força política no conjunto da sociedade. Porta-vozes da ideologia conservadora, como Robert Southey e Coleridge, faziam uma distinção enfática entre as classes médias e o “populacho”. Das classes médias é que proviria o caráter nacional e o princípio de conservação da sociedade e por conseguinte, as esperanças da Inglaterra (13). Canning também realçava a importância da missão política das classes médias

“que cimentam as ordens superiores às mais baixas da sociedade, assim mantendo unido e harmonizando o todo” (14).

(8). — *Ibidem*, p. 771.

(9). — *Ibidem*, p. 199.

(10). — *Ibidem*, p. 206.

(11). — *Ibidem*, p. 772.

(12). — *Ibidem*, p. 815.

(13). — Southey, Robert, *Letters from England*, Londres, The Cresset Press, 1951, p. 375-376; Coleridge, S. T. *Lay Sermons*, p. 392; Calleo, David P. *Coleridge and the idea of the Modern State*, New Haven, Yale Univ. Press., 1966.

(14). — *Speeches* (1828), I, 149 in Cobban, Alfred, *Edmund Burke and the Revolt against the 18th Century*, Londres, George Allen 1960, p. 220.

De onde as bases fundamentalmente conservadoras do novo reformismo, mesmo da parte dos liberais. Ambos davam grande importância a uma hierarquia social de graduação regular e imperceptível. Em geral, eram todos contrários às utopias igualitárias. Para os teóricos do capitalismo, fundadores da economia clássica, como James Mill, de nada adiantaria uma sociedade em que todos tivessem comida e ninguém pudesse ter mais do que a pura subsistência (15). As classes médias seriam o esteio mais importante da sociedade e ao mesmo tempo o mais feliz, porque não partilhava dos vícios das classes mais altas nem dos sacrifícios inerentes ao trabalho manual. Constituiria-se em apanágio das liberdades públicas; a ideologia liberal cuidaria de sua consolidação e aumento. Aumentar o seu número através do comércio livre e da produção agrária seria o principal objetivo de Malthus, em 1800, quando procurava um equilíbrio entre a agricultura e a indústria, de modo a evitar um excesso de desequilíbrio social que causasse fome e miséria. De onde também a sua preocupação em restringir a natalidade dos pobres e diminuir o número dos necessitados.

Sob impacto da miséria e da proletarização das classes trabalhadoras, agravados pelo processo de concentração da riqueza, que caracterizou o impulso inicial de industrialização, julgaram os contemporâneos discernir no âmago da sociedade civilizada em que viviam, sintomas ameaçadores de retrocesso da civilização. Southey, Tocqueville, John Stuart Mill, o próprio Bentham comparavam os pobres aos selvagens ou aos escravos brutos das colônias. Propunham-se a educá-los e a redimi-los do estado de brutalidade em que se encontravam, reintegrando-os na sociedade em que viviam como marginalizados.

A sua fé intelectualista no progresso da civilização lembrava a preocupação dos ilustrados franceses e dos filósofos escoceses em definir os estágios históricos que levaram gradualmente a humanidade da selvageria e do barbarismo às formas mais civilizadas de organização social. A ignorância extremada, agravada pelo isolamento a que se viam relegados, explicava a violência potencial que eclodia as vezes, agravada pelo extremo grau de alienação cultural e de desamparo em que viviam. Redefinir a política colonial e modernizar o Estado pareciam tarefas complementares e primordiais na Inglaterra pré-vitoriana.

O clima de pessimismo e de desespero social era um dos sentimentos comuns partilhados por reformadores radicais e conservadores. Carlyle apelidaria a nova economia política de *dismal science* (16). Era o sentimento básico que permeava o messianismo cultural próprio desta época, refletindo-se na preocupação com a instrução dos

(15). — James Mill, *Colony*, II apud Halevy Elie, *ob. cit.*, p. 366.

(16). — Carlyle Thomas. "The nigger question", in *English and other Critical Essays*, Londres, 1964, vol. II, p. 308.

pobres, na obsessão moralizadora das ligas anti-alcoólicas e das associações de combate ao vício, na expansão colonial, nos movimentos missionários que presidiram à reformulação do novo império britânico (1815-1848). O interesse em fomentar a emigração e o empenho em colonizar novas terras incultas; em converter e educar selvagens e pagãos para a moderna civilização cristã coincidia com o empenho em instruir os pobres e as massas trabalhadoras dentro da própria Inglaterra.

Nada mais atraente para a fé intelectualista dos reformadores ingleses contemporâneos da Revolução industrial do que o vasto campo oferecido pelos domínios coloniais para experiências filantrópicas. A ideologia conservadora, através de sua preocupação com a consolidação do Estado e com a integração social e cultural de setores marginalizados da população, também forjaria a sua própria teoria colonizadora (17). É bastante sugestivo que em meio à Revolução industrial e à crise de formação das novas classes trabalhadoras, os ingleses importassem da Índia o método de alfabetização das massas de Andrew Bell.

A influência dos radicais utilitaristas na reformulação da política colonial dos ingleses, na Índia, no Canadá, Nova Zelândia e Austrália, tem sido objeto de vários estudos (18). Bentham sonhou ser o legislador da Índia, que era o maior dentre os domínios ingleses e, quase trinta anos após sua morte, Macaulay, baseando-se nos seus princípios, assim como em James Mill, faria o código penal hindú. Em 1831, solicitado por Edward Gibbon Wakefield, o jovem radical idealizador da colonização sistemática, Bentham elaborou o projeto dos estatutos de uma companhia anônima de colonização da Austrália. Seus discípulos foram os fundadores dos primeiros núcleos coloniais da Austrália e Nova Zelândia. Em 1838, quando foi debelada a revolta do Canadá, Wakefield partiu como governador, incumbido de reorganizar a administração da colônia. Elaborou a primeira constituição colonial em moldes democráticos e liberais (19). Em 1808, Bentham escreveu um projeto de constituição liberal para a Espanha e outro para a Venezuela.

Radicais e conservadores refletiriam versões diferentes do mesmo messianismo cultural inerente à expansão do predomínio internacional dos ingleses. O empenho em converter e civilizar povos primitivos seria característica essencial do humanitarismo da época, juntamente com a

(17). — Dias, Maria Odila da Silva, *O fardo do homem branco* (Robert Southey, *historiador do Brasil*), São Paulo, Editora Nacional, 1974.

(18). — Stokes, Eric. *The English Utilitarians and India*, Londres, Oxford Univ. Press, 1959; Semmel, Bernard "The philosophic radicals and colonialism", *Journal of Economic History*, XXI, 512-25 (dez. 1961).

(19). — Knorr, E. Klaus, *British Colonial Theories, 1570-1850*, University of Toronto Press, 1956, p. 267.

vontade de integrar elementos recalcitrantes na sociedade. O messianismo cultural e o humanitarismo filantrópico seriam expressões ideológicas da política do comércio livre. Conservadores e radicais tinham a mesma fé na missão civilizadora dos ingleses no mundo. Estavam imbuídos de um nacionalismo igualmente agressivo. Adeptos de Coleridge ou de Bentham, estavam igualmente empenhados em aliviar as tensões internas, que ameaçavam a sociedade inglesa e em encontrar um lenitivo para os males sociais da Revolução industrial. Empenhados em forjar novos e amplos meios de controle social, colaboraram lado a lado em sua obra de modernizar o Estado, adaptando-o às novas relações de produção e deram impulso à re-estruturação do Império.

Argumentos em prol da expansão colonial e da missão colonizadora dos ingleses não eram apanágio dos conservadores; surgia com bastante frequência entre os próprios reformadores liberais. O ponto de partida era a questão social na Inglaterra. Tratava-se de reconstruir por dentro uma sociedade minada por forças internas de desintegração: o excessivo comercialismo e a miséria gerada pela Revolução industrial pareciam ameaçar a durabilidade do poder inglês. A colonização passaria a ser vista como um assunto vital de saúde do Estado.

Mesmo Bentham que, em 1793, pregava a emancipação das colônias, voltaria atrás entre 1801 e 1804, advogando abertamente a conservação do Império. Era de opinião que as colônias não deviam ser abandonadas, pois tinham direito à proteção da metrópole e não usariam desprezar o recurso à assistência da Mãe-pátria para se aventurarem na trilha incerta da independência (20).

Nessa época, a estrutura tradicional do Império aparece desvinculada dos interesses da nova burguesia industrial, simplesmente interessada na expansão dos mercados consumidores e na implantação do comércio livre. O humanitarismo filantrópico se constituiria como uma ideologia de apóio às transformações do novo Império, garantindo a sua continuidade: tratava-se de justificar, explicar, definir a missão civilizadora dos ingleses, de estimular a expansão colonial, de incentivar a campanha pela abolição do tráfico, com novas teorias de civilização e com projetos de colonização na África Ocidental e do Sul, tendentes a substituir o braço escravo pelo trabalho livre, constituindo-se numa cabeça de ponte da futura ocupação e partilha da África no século XIX (21). Pretendiam criar um Império duradouro, baseado principalmente no sistema representativo e na implantação das leis, da língua e da religião inglesa. Para eles, mais do que o exclusi-

(20). — Winch, Donald, *Classical Political Economy and Colonies*, Harvard, Cambridge Univ. Press, 1965, p. 35-36.

(21). — Curtin, Philip D. *The Image of Africa (British Ideas and Action 1780-1850)*. Madison, the University of Wisconsin Press, 1964, p. 38.

vismo comercial eram os laços culturais invisíveis, que garantiriam um monopólio natural isento de opressão ostensiva. Alexander Wagner atribuiu o fato das colônias norte-americanas terem continuado, depois de 1786, como o principal mercado consumidor da Inglaterra a uma herança cultural comum (22).

Entretanto, havia graves restrições à expansão do Império colonial, não apenas entre os que tinham interesses no comércio livre, como entre os próprios setores de reação. A campanha de abolição do tráfico apelava para preceitos humanitários que o tempo e a moda exaltavam. O bloqueio continental viera reforçar a noção do perigo de uma excessiva dependência do comércio exterior, já suscitadas pela guerra da independência dos Estados Unidos; os liberais dissidentes, que eram os mais empenhados na luta política contra a colonização, identificavam-se com os princípios democráticos e o governo representativo das colônias norte-americanas, achando incompatíveis liberdade política e preservação do Império: seria o caso de Richard Price e de Joseph Priestley. Desde fins do século XVIII, faziam campanha pela reforma do Parlamento e eram contra a expansão do Império (23).

Em meios de tendência fisiocrata generalizavam-se propostas no sentido de intensificar as atividades agrárias, a colonização e o aproveitamento de terras dentro da própria Inglaterra. Arthur Young foi um dos adeptos desta tendência:

“quando a paixão atual pelo monopólio (verdadeira característica do sistema comercial) tiver empobrecido a Europa ... e aquelas nações tiverem aprendido, através da própria experiência, tratarão de cultivar sua grandeza com a exploração intensiva dos seus próprios territórios, o que possibilitará à própria nação conservar a riqueza assim gerada...” (24).

O imenso capital que os ingleses investiram nas Antilhas teria produzido muito mais no solo nativo da própria metrópole. Era a posição defendida por John Cartwright, autor do livro *The Commonwealth in Danger* (Londres, 1795), em que argumenta contra investimentos no exterior e pela maior lucratividade do emprego de capitais na própria Metrópole:

“Já é tempo de se tentar saber de onde procede o poder verdadeiro, mais sólido e duradouro de uma nação. Já é tempo de

(22). — Knorr, E. K. *Ob. cit.*, 260n.

(23). — *Ibidem*, p. 197-8.

(24). — *Ibidem*, p. 238-9.

se pensar em empregar mais capital no cultivo do próprio solo nativo e menos nas terras de países distantes” (25).

Em 1807, William Spence escreveria um panfleto sobre as vantagens que adviriam para a Inglaterra se se tornasse independente do comércio exterior; advogava altos preços para os produtos agrários, o aproveitamento de terras abandonadas e a luta por uma economia auto suficiente (26).

Na imprensa da época os argumentos liberais em prol da ruptura dos pactos coloniais estavam longe de predominar. Sob efeito da conjuntura externa de guerra e do bloqueio continental, ventilavam-se na Inglaterra argumentos contrários à dependência do comércio exterior, porem favoráveis à manutenção das colônias; em lugar de um Império liberal, muitos teriam em mente uma espécie de autarquia, ou seja, a manutenção das colônias, segundo o antigo princípio mercantilista, implícito nas leis de navegação, ainda em vigor. William Spence via a conveniência de manter medidas protecionistas sobre certas matérias-primas das colônias para a indústria naval (27). Em prol de um comércio essencialmente agrícola, Sir John Sinclair atacava a doutrina do comércio livre e em 1813 patrocinava a manutenção da colônia do Cabo, onde os ingleses poderiam cultivar o trigo e a uva, que importavam da França. Via vantagens em introduzir técnicas mais modernas de agricultura na Índia, e em cultivar produtos do Oriente nas Antilhas (28).

Robert Southey, típico expoente do pensamento conservador dessa época, teria, com efeito certa simpatia pela manutenção do antigo Império mercantilista. Entretanto, os motivos que o impeliriam a advogar a expansão colonial seriam sobretudo humanitários e de segurança nacional, suscitados pelas crises sociais desencadeadas pela Revolução industrial.

A modernização transformava a sociedade inglesa, aumentando o número de pobres, o que tornava imperativa a reforma das leis de assistência aos indigentes (*poor laws*) e medidas enérgicas contra as crises cíclicas de desemprego, desencadeadas principalmente no fim da guerra (1816), pela saturação dos mercados e super-produção da indústria.

A repercussão do recenseamento de 1801 e o impacto da obra de Malthus, levariam Southey a preocupar-se intensamente em estudar o excesso demográfico, como causa principal da crise social inglesa, endossando em grande parte as idéias de auto suficiência agrária,

(25). — *Ibidem*, p. 239.

(26). — Semmel, Bernard, *The Rise of Free Trade Imperialism*, p. 56.

(27). — Knorr, E. K. *Ob. cit.*, p. 240.

(28). — *Ibidem*, *idem*.

propostas no século anterior pelos fisiocratas franceses. Para ele, nenhum Estado poderia ser auto-suficiente, enquanto dependesse de produtos de outras nações para sua própria sobrevivência. Este tipo de dependência externa levaria o país a tornar-se escravo dos caprichos de outras nações (29): o poder nacional exigiria uma certa autonomia econômica.

A colonização interna seria uma das medidas que Southey proporia e advogaria em seus artigos para o *Quarterly Review* (30), escritos com uma orientação nacionalista, conservadora e por conseguinte agrária, porém sempre fundamentalmente anti-capitalista, por conseguinte utópica. Simpatizava com os partidários de uma espécie de reforma agrária que viria eliminar as grandes propriedades; criticava as *enclosures* e a expulsão de arrendatários e pequenos camponeses de suas terras. Southey, apesar de opor mil restrições, tinha enorme simpatia pelas idéias de Spence e a mesma nostalgia de William Cobbett pelos antigos laços sociais de dependência feudal (31).

Era pessimista quanto às perspectivas futuras da industrialização na Inglaterra: de início, por que a acumulação dos lucros nas mãos de poucos acarretava a miséria e pauperização de muitos (32); também criticava a mecanização, por ocasionar desemprego, apontando-a como fator direto da crescente crise social (33); analisava com objetividade as crises periódicas, ocasionadas pelo excesso de competição e pela imprevidência na aplicação do lucro (34); apontava enfim a concorrência internacional, como óbice à continuação do processo de industrialização; os ingleses não teriam por muito mais tempo, como tinham tido até então, o monopólio do comércio internacional, pois as técnicas inglesas estavam sendo exportadas para o continente e não havia como evitar esta evasão... (35). Empresários e firmas inglesas já se instalavam na França, nos Estados Unidos e nos Países-Baixos.

(29). — Southey, Robert, *Essays Moral and Political*, Londres, 1932, II, p. 267.

(30). — Robert Southey. "On Dymond's Essay on the principles of Morality", *Quarterly Review*. XLIV (87): 119 (jan. 1831).

(31). — Southey, Robert, *Letters from England*, p. 372; Curry, Kenneth, ed. *New Letters of Robert Southey*, N. York, Columbia University Press, 1965, II, p. 113-127.

(32). — Southey, Robert, *Letters from England*, p. 146; Southey, Robert, *Sir Thomas More: or Colloquies on the Progress and Prospects of Society*, Londres, John Murray, 1829, I, p. 47.

(33). — Southey, Robert "Inquiry into the poor law", *Quarterly Review*, VIII (16): p. 337 (dez. 1812).

(34). — Curry, Kenneth, ed. *New Letters of Robert Southey*, II, p. 208-9.

(35). — Southey, Robert, "on Parliamentary Reform", *Quarterly Review*, XVI (31): p. 244 (out. 1816).

Já despontava na Inglaterra romântica, o argumento da concorrência externa, que se tornaria uma realidade depois de 1870 tornando-se nos fins do século o principal lema de justificativa da arrancada imperialista e da futura partilha da África. Em sua crítica às perspectivas da Revolução industrial, Southey projetava sua visão cíclica da História: aconteceria com a indústria do algodão o que se dera no século XVII com a indústria da lã... (36).

Entretanto, não ignorava inteiramente as vantagens materiais e o poder que a Revolução industrial propiciara à Inglaterra: não fosse o vapor e nunca teriam vencido a guerra. A mecanização, apesar de graves inconvenientes sociais, era sem dúvida sintoma de grande progresso. Mas as civilizações mais adiantadas traziam em seu bojo as forças da própria degenerescência. Era como via o mundo e o processo histórico. Talvez um dia a grama voltasse a crescer nas ruas de Londres (37). Para Southey, o apogeu do Império britânico poderia ser efêmero. Pela mesma época, William Playfair divulgava panfletos sobre as causas do declínio e queda do poder e riqueza das nações... (38). Generalizava-se o estado de ânimo apocalítico e pessimista, que caracteriza a Inglaterra pré-vitoriana.

A colonização aparece então como o principal antídoto contra os males da Revolução industrial (39). Mais que um Império comercial e industrial, importava para a Inglaterra o equilíbrio interno de uma sociedade coesa; para o que seria preciso organizar um Império, cimentado no consenso moral e em lastros de lealdade espontânea. Os ingleses, escrevia Southey, não precisam de vassalos e sim adeptos (40). A obra de consolidação da nacionalidade implicava na educação, na religião, na integração moral e cultural dos homens. Seria este o único modo de consolidar um Império duradouro e de fazer a sociedade sobreviver aos princípios revolucionários de desintegração e dispersão atuantes em seu tempo.

Em seus artigos e ensaios, escritos por ocasião de cada uma das sucessivas crises que abalaram a sociedade inglesa, nas duas primeiras décadas do século XIX, reiterava Southey a necessidade

(36). — Southey, Robert, "on the Emigration Report", *Quarterly Review*, XXXVII (74): p. 581 (mar. 1828).

(37). — Southey, Robert. *Letters from England*, p. 89.

(38). — William Playfair, *An Inquiry into the Permanent Causes of the Decline and Fall of Powerful and Wealthy Nations*, Londres, 1805.

(39). — Carta de Robert Southey a John Rickman, 30 de janeiro de 1820, J. W. Warter, ed. *Selections from the Letters of Robert Southey*, Londres, 1856, III, p. 174-5.

(40). — Southey, Robert "Account of the Baptist missionary Society", *Quarterly Review*, vol. I, (1): p. 210-211 (fev. 1809).

“de uma sangria para a população” (41).

Em 1807, escrevia ele:

“Estou plenamente convencido, de que sábios e amplos planos de colonização seriam o melhor meio de prevenir, não apenas atentados de menor importância contra a segurança nacional, como também o perigo iminente de sobrevivência do corpo político; a vasta máquina a vapor da sociedade exige válvulas de segurança. É preciso ilustrar os pobres e encontrar emprego para todos os que necessitam” (42).

De início hostil às idéias de Malthus, a *Quarterly Review* que era o periódico dos *tories*, passaria depois de 1824 a defender suas idéias (43). O próprio Southey, que tanto escreveu contra o seu racionalismo materialista, concordava plenamente quanto à necessidade de assegurar um mercado consumidor interno e quanto ao acerto da preponderância do setor agrário da economia, se bem que discordasse, num ponto fundamental, que era a revolução capitalista agrária; acreditava enfim na inviabilidade do sistema industrial, na necessidade de organizar a emigração para as colônias e em fundar colônias do povoamento (44).

A reação contra o fenômeno do surto demográfico, assim como, a resposta ao primeiro clamor levantado pela obra de Malthus, somente se consumariam na década de 1820 a 30. Desde 1801, Southey e homens como Thomas Mortimer e o conde de Selkirk, advogavam uma política sistemática de emigração, em aberta oposição à crença mercantilista, de que o poder e a riqueza nacional dependiam da densidade demográfica. Custaram os ingleses a aceitar a idéia das consequências maléficas advindas do excesso demográfico. Nesse sentido, o reacionarismo de Southey ante a insegurança social provocada pelos “levantes luditas” e pelas crises de desemprego fariam dele um pioneiro da política de emigração sistemática, que somente começaria a ser aceita nos círculos oficiais depois de 1822, sobretudo motivada pela campanha parlamentar de Wilmot Horton, resultando na fundação, em 1827, de um comitê especial, cujo relatório Southey resenharia na *Quarterly Review* (45).

(41). — Curry, Kenneth, ed., *New Letters of Robert Southey*, II, p. 180.

(42). — *Ibidem*, I, p. 464, 5.

(43). — Semmel, Bernard. *The Rise of Free Trade Imperialism*, p. 73.

(44). — Southey, Robert, *Sir Thomas More: or Colloquies on the progress and Prospects of Society*, II, p. 216.

(45). — Southey, Robert, “On the emigration report”, *Quarterly Review*, XXXVII (74): p. 539 (mar. 1828).

Desde cedo viu a emigração como uma válvula de escape para os contingentes humanos excedentes das classes médias, sendo sob este aspecto um precursor e pioneiro, das campanhas de Gilbert Wakefield, na década de 30. Em 1818, em sua correspondência particular, já se mostrava preocupado em estudar a questão:

“o próximo artigo, que vou escrever é sobre o estado das classes médias, — e o excedente das classes educadas, o que torna a emigração tão necessária como a sangria para sintomas de apoplexia”... (46).

Ao tratar da questão demográfica, Southey não entrava em considerações econômicas, amplamente discutidas por Ricardo, a propósito das leis de lucro decrescente, dos efeitos da lei dos cereais (1815-46) ou do problema da limitação crescente das oportunidades de investimento dos excessos de capitais, que preocupava Wakefield. Southey não levava em conta as teorias que os economistas clássicos elaboravam sobre o trabalho e o emprego da mão-de-obra; ignorava inteiramente o aspecto econômico da questão, vendo-a como questão humanitária e de segurança do Estado.

Em contra posição, utilitaristas radicais como Bentham ou reformadores de orientação agrária como Gilbert Wakefield, que organizou o povoamento da Austrália e da Nova Zelândia, procuravam vínculos com as classes empresariais emergentes, preocupando-se com questões relativas ao emprego de capitais, a índices de produtividade; enfim com os aspectos econômicos do problema social vistos do ângulo dos novos empresários. Wakefield teria a preocupação de ampliar os mercados consumidores da indústria metropolitana, e de criar modelos de crescimento e desenvolvimento econômico para as colônias. Teria, juntamente com Wilmont Horton, a preocupação de apoiar-se em argumentos “científicos”, em sistematizar e aplicar os novos princípios da economia clássica (47).

Para os conservadores, tratava-se sobretudo de estimular a colonização de iniciativa estatal. A colonização seria um dever do Estado e assim um empreendimento da sua responsabilidade. Criticavam frontalmente a colonização puramente comercial. Tratava-se para eles de uma questão vital de sobrevivência da própria sociedade, em que viam, assim como, de um dever humanitário e civilizador (48). Para

(46). — Warter, J. W., ed. *Selections from the letters of Robert Southey*, vol. III, p. 88.

(47). — Winks, Robbin W., ed. *The age of Imperialism*, N. Jersey, Englewood Cliffs, 1969, pp. 294 ss.

(48). — Southey, Robert. *Sim Thomas More: or Colloquies on the Progress and Prospects of Society*, II, p. 181.

Southey, os dias da iniciativa privada tinham passado. O crescimento das classes médias, que descrevia como os setores “semi-cultos” da nação, mais o rápido surto de indigentes provocado pela Revolução industrial impunham a iniciativa do Estado. Não se trataria apenas da necessidade de uma válvula de escape, mas de exaltar a missão redentora da cultura anglo-saxônica em que estava implícita a misteriosa vocação ou “chama divina”, que Deus atribuía aos ingleses (49)...

A experiência colonizadora já demonstrara de sobejo a ineficiência e os riscos dos empreendimentos particulares (50). Para Robert Southey, que reagia contra o liberalismo de sua época, a política colonial teria de ser exclusivamente da alçada do Estado e da Igreja (51). Ao contrário do que aspiravam os setores empresariais, a colonização seria basicamente uma obra de integração e de regeneração cultural, para consolidação da sociedade e do poder do Estado, como Nação.

A Escócia contemporânea era o exemplo vivo do que se poderia conseguir através de uma atuação firme do poder do Estado e da Igreja. Processara-se em menos de um século a aculturação e transição rápida de um estágio de semi-barbárie para a civilização. Nesse sentido a Irlanda, em seu estado crônico de atraso e miséria, corroida pelas superstições católicas, parecia outro grande desafio, a ser vencido pelo poder regenerador do Estado (52), (53), (54), (55), (56).

Recentemente, tem surgido diversos trabalhos sobre a influência do humanitarismo filantrópico na política de expansão colonial dos ingleses durante as primeiras décadas do século XIX (57). A supremacia naval era fato consumado, assim como, o Império colonial, o comércio e o domínio sobre o mundo. Após Waterloo, os ingleses trataram de consolidar este poder, única garantia de paz duradoura, de

(49). — Knorr, E. K. *Ob. cit.*, p. 399.

(50). — “On Thomas Southey’s Chronological history of the West Indies”, *Quarterly Review*, XXXVIII (75): p. 220 (jul. 1828).

(51). — Southey, Robert, *Sir Thomas More or Colloquies...*, vol. I, p. 88.

(52). — *Ibidem*, II, p. 294-9.

(53). — *Ibidem*.

(54). — Curry, Kenneth, ed. *New Letters of Robert Southey*, II, p. 327-8.

(55). — “Inquiry into the state of the poor”, *Quarterly Review*, VII (16): p. 351 (dez. 1812).

(56). — “On the means of improving the state of the poor”, *Quarterly Review*, XIX (37): p. 94 (abr. 1818).

(57). — Curtin, Philip D. *The Image of Africa*; Madison, the Univ. of Wisconsin Press, 1964; Robinson, Ronald & Gallagher, John, *Africa and the Victorians* N. York, Anchor Books, 1968; Cairns, H. Alan C. *Prelude to Imperialism (British Reactions to Central African Society, 1840-1890)*. Londres, Routledge & Kegan Paul, 1965.

onde a tentativa de racionalizar o poder colonial e de justificar o novo Império, com esforços no sentido de reformular a antiga política para fazer face às novas circunstâncias e às novas necessidades. Em seus artigos para a *Annual Review*, de 1803 a 1808 e, de 1809 em diante, para a *Quarterly*, Southey acompanhou a re-estruturação administrativa da burocracia do Império através da reforma do *Colonial Office* (58) e a centralização do poder da metrópole contra as autoridades legislativas locais. Procurava-se generalizar para as demais colônias, o relacionamento da metrópole com as colônias da coroa. Foi o esforço administrativo empreendido por homens como Bathurst e Goulburn, que refletiam diretamente a influência do humanitarismo da seita de Clapham, que marcou a política colonial, durante as primeiras décadas do século XIX, a ponto de chegarem a impor às Antilhas uma medida tão anti-liberal (tratava-se afinal da intervenção do Estado nos direitos de propriedade particular), como a extinção do tráfico em 1807 e a abolição da escravidão em 1833 (59).

A necessidade e a justificativa do Império colonial foi sempre apanágio do elitismo *tory*, do poder da aristocracia tradicional e da burocracia oficial (60). Argumentos de poder nacional eram estranhos e mesmo avessos às teorias contemporâneas da economia política, para a qual não parecia necessário governar um povo, a fim de vender produtos e comerciar com eles. Procurariam os economistas clássicos raciocinar em termos universais; eram cosmopolitas, pretendiam construir uma ciência. Para Southey era notória, desde Adam Smith, a tendência da moderna economia política a tudo desnacionalizar (61). De onde a sua aversão a todo gênero de argumentação utilitarista. Era para ele como para todos os seus contemporâneos em geral ponto pacífico a ineficiência econômica do Império, mormente com a administração antiquada, que subsistia sob a forma de monopólios, de exclusivismo comercial, de antigos sistemas fiscais e das leis de navegação. Note-se entretanto, que Adam Smith, Ricardo, John Stuart Mill também distinguiam entre interesses econômicos e políticos e aceitavam senão advogavam, como fariam o próprio Bentham e James Mill, a necessidade política de manter o Império, como questão de prestígio e

(58). — Burt, Alfred Le Roy, *the British Empire and Commonwealth*, Boston, D. C. Heath, 1956, p. 188.

(59). — Potter, Dale H. *The Abolition of the Slave trade in England (1784-1807)*. Anchor Books, 1970.

(60). — Arendt, Hanna, *Imperialism and Totalitarianism*, N. York, 1968, p. 63; Thornton, A. *The Doctrines of Imperialism*, N. York, 1965, p. 189; Schumpeter, A. *Imperialism and Social Classes*, p. 76.

(61). — Winch, Donald, *ob. cit.*, 29; "The entire tendency of modern or Malthusian political economy is to denationalise..." Southey, Robert. *Essays Moral and Political*, Londres, 1832, II, p. 56.

poder, assim como para servir de válvula de escape para o excesso de população (62).

Entre 1785 e 1815, apesar de críticas e de argumentos opostos, consumou-se a expansão e consolidação de um novo Império britânico. A falta de uma coerência ideológica levaria Seely a dizer que este segundo Império “fora adquirido por distração” (63). Seja como for, o lema liberal da Inglaterra pequena e autônoma, nunca chegou a penetrar profundamente nenhum dos diferentes grupos que orientaram a política inglesa durante este período. Em 1848, observava Cobden, que as classes médias pareciam tão aferradas às colônias como os antigos aristocratas (64). Este seria simultaneamente um período de reformulação da administração colonial e das teorias políticas e econômicas relativas à nacionalidade e ao Império.

Não se tratava propriamente de uma política coerente e teoricamente abalizada em argumentos sistemáticos. Indivíduos das mais diversas opiniões políticas e grupos sociais partilhavam sentimentos de ufanismo e agressividade nacionalista; seria o caso de um *whig* progressista como Macaulay, de um romântico alienado como De Quincey, de um Carlyle e mesmo de radicais utilitaristas como Bentham (65). Somente a persistência do mito da tradição liberal é que torna surpreendente panfletos e discursos enfatizando a missão imperial e uma política necessária de poder. Os conservadores penderiam mais para o lado dos reformadores humanitários. Entretanto, partilhavam com os liberais da escola de Manchester a mesma fé na superioridade absoluta da civilização inglesa e nos benefícios que derramava pelo mundo (66). Este era o principal argumento do imperialismo moral e cultural, subjacente à idéia de uma “missão imperial”; que já se definia, em fins do século XVIII, na atuação de homens como Pitt, Sheridan e Burke, em sua reação contra a perda das colônias norte-americanas. É o que daria consistência ideológica ao expansionismo defensivo da época das guerras contra Napoleão (67). Quando se fala em descolonização liberal, pensa-se nas campanhas pacifistas da escola de Man-

(62). — “... as defense however, is of much more importance than opulence, the act of navigation is, perhaps, the wisest of all the commercial regulations of England” (Adam Smith, *The Wealth of Nations*, 431, apud Knorr, E. K. *Ob. cit.*, p. 78).

(63). — Sir John Seeley, *Expansion of England*, Londres, 1883, p. 8.

(64). — Knorr, E. K. *Ob. cit.*, p. 413; Galbraith, John S. “The myth of little England Era”, *The American Historical Review*, LXVII, n. 1 (out. 1961).

(65). — Knorr, E. K. *Ob. cit.*, p. 364 e 375.

(66). — Bernard Potter, *Critics of Empire (British Radical attitudes to Colonialism in Africa)*, pp. 14-15.

(67). — E. Wingfield Stratford, *The Foundations of British Patriotism*, 1939, 258. Knorr, E. K., *ob cit.*, p. 246.

chester que marcaram a *Pax Britannica* e se defenderam nas décadas posteriores a 1820 tornando aparentemente obsoletos os chavões agressivos da política internacional do início do século passado (68). Entretanto, este expansionismo defensivo seria levado a cabo pelos próprios políticos liberais, como Palmerston e John Russell, os quais, entre 1841 e 1851 anexaram aos domínios britânicos a Nova Zelândia, a Costa do Ouro, Ladoan, Natal, o Punjab, Sindh e Hong Kong (69).

Estudos recentes vêm demonstrando como os próprios radicais utilitaristas apegavam-se à tendência de expansão colonial. Não seria, pois, exato, afirmar que as primeiras décadas do século XIX, se caracterizam pela apologia da descolonização. Tratava-se mais especificamente da reformulação da antiga política imperial agora baseada em princípios novos. O zelo cosmopolita e humanitário do reformador social confundia-se com o seu nacionalismo, levando-os a conclusão de que, sendo o poder político uma fatalidade na vida dos povos, seria afinal melhor se este controle estivesse nas mãos dos próprios ingleses”... (70).

* *
*

MARIA ODILA LEITE DA SILVA DIAS. — Nasceu em São Paulo. Coursou o primário no Liceu Pasteur e na *Saint Ignatius School* em Chicago. O ginásio no Liceu Pasteur e o Clássico no Dante Alighieri. Licenciou-se em História, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1961. Além de diversos artigos, publicados em suplementos literários e revistas especializadas, defendeu sua monografia de Mestrado, em 1965, tendo por tema: *O Brasil na Historiografia romântica inglesa: Robert Southey e Walter Scott: um estudo de afinidades de visão do processo histórico*.

Em 1973, defendeu tese de Doutorado sobre *Robert Southey, Historiador do Brasil (O fardo do homem branco na Inglaterra pré-vitoriana e a formação da nacionalidade brasileira)*.

A monografia de Mestrado foi publicada com o título de *Aspectos da Ilustração no Brasil* na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 278 (1968) e a tese de Doutorado, em livro, pela Companhia Editora Nacional, sob o título de *O Fardo do Homem Branco* (1974).

(68). — Knorr, E. K. *Ob. cit.*, p. 171.

(69). — Potter, Bernard, *ob. cit.*, 16; Gallagher & Robinson, *ob. cit.*

(70). — Winch, Donald, *ob. cit.*, p. 159.